



TERRITORIALIZAÇÃO E FICCIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO “VALE DA SURUACA”(ES)¹

Gabriel Pedro Alves Lopes ²
Evandro Arruda de Martini ³

RESUMO

A Suruaca, norte do Espírito Santo, foi uma das últimas fronteiras da territorialização do capital no Sudeste do país em meados do século XX. Aqui estudamos as transformações realizadas pelas ações estatais no “Vale da Suruaca” e o consequente processo de territorialização e ficcionalização do capital. Vimos que os sentidos dessas ações foram possibilitar e subsidiar a implantação, a expansão e o fomento da agroindústria. Para isso, transformaram áreas alagadas de uso comum em terras destinadas a produção de mercadorias agrícolas e passíveis de serem vendidas. Havendo, portanto, a manipulação das águas para a apropriação e “valorização” de terras. Esses processos foram mediados pela entrada de *capital* fictício, de maneira que a reprodução dos capitais ali empregados somente ocorreram pela entrada do fundo público, advindo dos créditos estatais. Logo, percebe-se que embora o objetivo dessas ações tenham sido estender a área agrícola do estado, a partir da produção de arroz, o que sobrou na Suruaca foi uma grande plantação de “boi”, em terras condenadas pelas obras de “racionalização”, através das obras de drenagem e sistematização dos solos das várzeas e das áreas úmidas, contaminando-as e as desertificando. Sendo assim, à força ocorreu a supressão e eliminação da possibilidade de reprodução de uma série de populações locais que tinham na relação com as águas grande parte dos seus meios de subsistência.

Palavras-chave: DNOS, Territorialização do capital, Mobilização do trabalho, Capital fictício, Crise.

ABSTRACT

Suruaca, north of Espírito Santo, was one of the last frontiers in the territorialization of capital in the Southeast of the country in the mid-twentieth century. Here we study the transformations carried out by state actions in the “Vale da Suruaca” and the consequent process of territorialization and fictionalization of capital. We saw that the meanings of these actions were to enable and subsidize the implantation, expansion and promotion of agribusiness. To do this, they transformed common-use wetlands into land destined for the production of agricultural goods that could be sold. There is, therefore, the manipulation of water for the appropriation and “valuation” of land. These processes were mediated by the inflow of fictitious capital, so that the reproduction of capital employed there only occurred through the inflow of public funds, coming from state credits. Therefore, it is clear that although the objective of these actions was to extend the agricultural area of the state, from the production of rice, what was left in Suruaca was a large plantation of “ox” in lands condemned by the “rationalization” works, through drainage works and systematization of soils in floodplains and wetlands, contaminating

¹ Este trabalho é parte do resultado de pesquisa de mestrado financiada pela CAPES, concedida à Gabriel Pedro Alves Lopes.

² Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, gabriell4pedro@gmail.com;

³ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, evandroevandro@gmail.com;



and desertifying them. Thus, by force there was the suppression and elimination of the possibility of reproduction of a series of local populations who had a large part of their livelihood in relation to water.

Keywords: DNOS, Territorialization of capital, Labor mobilization, Fictitious capital, Crisis.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho discutimos as transformações realizadas pela territorialização do capital no “Vale da Suruaca”, norte do Espírito Santo, e o consequente processo de ficcionalização do mesmo. Para isso, buscamos analisar como foram pensadas, executadas e desdobradas as ações direcionadas ao “Vale da Suruaca”, principalmente a partir dos planos de “recuperação” e “aproveitamento” das várzeas, e das executadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). E do mesmo modo, como essas ações se encaixam no bojo do processo de modernização no qual elas estão inseridas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que não ficamos detidos apenas aos processos reclusos ao recorte temporal específico, nem aos processos locais e puramente aparentes que essas intervenções estão relacionadas. Portanto, fomos também em busca de discutir diferentes níveis empíricos e abstratos necessários para a compreensão de processos ligados a escalas mais amplas da totalidade do *sistema mundial produtor de mercadorias* (KURZ, 1993). Ao mesmo tempo que fizemos com que os olhares da nossa pesquisa buscassem ir de encontro com os componentes da *fórmula trinitária* (terra-trabalho-capital) de Marx (2017). Para isso, recorreremos ao conceito de *autonomização* das categorias do capital.

Este trabalho foi feito a partir de i) Revisão bibliográfica: na qual fizemos leituras críticas sobre os diversos temas que perpassam o planejamento regional, o conceito de região, a mobilidade do trabalho, territorialização do capital, coronelismo entre outros. Ademais, realizamos estudos sobre as particularidades do recorte de pesquisa; ii) Análise dos planos de ações para o “Vale da Suruaca” e as demais várzeas do estado: sendo principalmente o “Anteprojeto para recuperação dos vales da Suruaca e Riacho”, de 1978, elaborado pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA/ES, o “Programa de Aproveitamento dos Vales Úmidos do Espírito Santo”, PROVALES, do ano de 1980, produzido pela então chamada Empresa de Assistência Técnica Rural do Espírito Santo - EMATER/ES, atual INCAPER, ambos pelo governo estadual, e por ultimo o “Programa para aproveitamento racional de várzeas irrigáveis do estado do



Espírito Santo”, PROVÁRZEAS, de 1981, programa federal de fomento ao cultivo de culturas irrigadas nas várzeas; e iii) levantamento de dados e realização de entrevistas.

SURUACA COMO FRONTEIRA DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL?

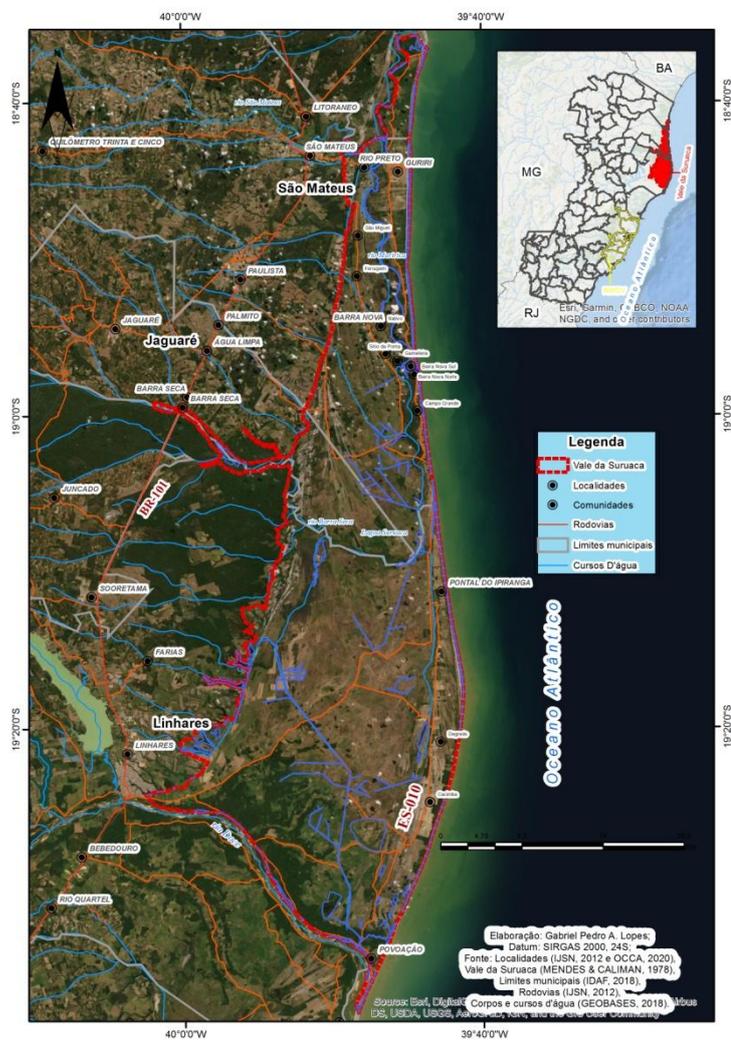
A Suruaca trata-se de uma área de várzea entre os rios Doce, Barra Seca, Mariricu e São Mateus (Mapa 1), composta por inúmeros lagos, amplos brejos, vastas restingas e inúmeros terraços marinhos. Desde o século XIX essas áreas alagadas eram consideradas “inaproveitáveis” e “espaços vazios” nos documentos oficiais, embora fossem utilizadas para a reprodução da população local - contradição que revela muito sobre os diferentes usos do território. Sendo reconhecida até a ocorrência das intervenções estudadas, por ser o “pantanal” capixaba, pela sua riqueza hídrica e por ser um dos maiores complexos lagunares do país. Ela seria uma das últimas áreas do sudeste a ser colonizada (VILLAGRAN et al., 2018), de certa forma, a última *fronteira da territorialização do capital* (TOLEDO, 2019) dessa porção do país em meados do século XX.

Esta parte da Planície Costeira do rio Doce constituiu-se em um imenso território ocupado tradicionalmente pelas Comunidades marisqueiras, pesqueiras, agricultoras, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que constituíram uma série de comunidades relacionadas a este ambiente conformado por uma rede complexa de rios, lagoas, lagoas, manguezais, restingas, praias e mar (FERREIRA, 2020).

De modo que até o início do século XX, o avanço da fronteira no norte do estado ficaria restringido a algumas porções do litoral, ao sul do rio Doce nas localidades de Santa Cruz e Barra do Riacho, e ao norte do rio Doce basicamente ficando reclusa a localidade de Vila e Barra de São Mateus. Podemos indicar que essa “demora” para o avanço da territorialização do capital nessas áreas seriam decorrentes da forte resistência, nas áreas chamadas de “sertões”, realizada por remanescentes dos povos indígenas chamados de modo generalizado de “Botocudos” que viviam em meio às florestas. Eles que não haviam ainda sido totalmente assimilados ou dizimados pelo processo colonial de guerra dos bárbaros e pelas epidemias de doenças trazidas pelos europeus, detinham certo controle territorial sobre elas e limitavam o avanço sobre essas áreas acima do rio Doce. Também pela ocupação de quilombolas advindos das fugas das fazendas e da ocupação das fazendas decadentes que foram abandonadas, por posseiros da beira-mar e das áreas de brejos, que durante esse momento testemunhariam

um período de “terra à rola”, onde o acesso a terra por parte desses ocorreria sobre essas áreas nesse momento (FERREIRA, 2009; TEIXEIRA, 2010).

Mapa 1 – Localização do “Vale da Suruaca”(ES)



Nesse sentido, ao refletirmos acerca dessa territorialização do capital, que se desdobrará nessa porção norte do estado, principalmente, depois da década de 1920, vemos que a marcha cafeeira e a exploração de madeira não estavam na área da Suruaca, estarão ao contrário sempre nas bordas e ao redor dessas áreas de várzeas, brejos e mangues da porção litorânea do norte do delta do rio Doce que serão deixadas de lado até certo ponto. Nesta porção a partir de 1920 haverá um intenso incentivo pela doação de terras e pela produção estatal de cacau, nas proximidades do rio Doce (SOUZA FILHO, 1990).

Teixeira (2010) indica a partir de inúmeros relatos orais de moradores nascidos e criados nessas áreas nos cinquenta primeiros anos do século XX, que essa porção não



seria um “espaço vazio” a ocupar e muito menos um “vazio demográfico” sem nenhuma atividade produtiva ou ocupantes. Ao contrário, ela demonstra que a planície quaternária do rio Doce e sua porção da beira-mar já teria sido ocupada no século XIX, por uma população que reproduzia-se a partir do uso do território da Suruaca e da Beira-mar na apropriação do mangue, do mar, do rio, dos brejos, da mata, da praia e da posse das terras (TEIXEIRA, 2010).

Como aponta o interessante relato do antigo morador Benedito Belo:

Os mais espertos foi pegando a terra, porque naquele tempo não existia lei e a terra não tinha tanto valor, ainda mais aqui, era só brejo. Ia ali e falava “quero essa terra”, então ia pegava pra ele. O Reginaldo Cunha [pertencia a elite política mateense], se já ouviu falar dele, parente do seu Eduardo, ele mesmo ganhou uma sesmaria de brejo; quando resolveu drenar, meu pai contava que foi preciso seis meses para esvaziar tudo e muito home trabalhando. Aí depois veio o Seu Eugênio, esse eu já conheci, que requereu umas terras pra ele e que abriu a boca da Barra. Então os primeiro a morar foi das famílias Cunha, Rosa, Santos, Coutinho, Thomaz... dos Thomaz teve João Thomaz, Louro Thomaz, José Thomaz, me lembro ainda do tal de Euclides Mendes. A terra não tinha dono, cada um tinha o que queria, um dava um pedaço pro outro. Depois numa época teve que legalizar. Cada tempo... as coisas vão ficando.. vai mudando (Benedito Belo, 79 anos, entrevistado em outubro de 2003).

Um fato interessante apresentado por Benedito seria a tentativa por parte desse coronel de drenar as áreas de brejo pela abertura de um canal, ou melhor, criar uma foz artificial no rio Barra Seca, que faria surgir a baía de Barra Nova com a criação dessa “barra” nessa porção, o que já demonstra um interesse bem antigo na drenagem dessas áreas alagadas da Suruaca. Possivelmente esses “muito home trabalhando” seriam de trabalhadores escravos pertencentes a esse coronel, que posteriormente viriam a possear estas áreas com o fim do escravismo. A abertura de Barra Nova para tentar drenar essas áreas de pântano também é descrita por um jornal local que indica a ocorrência dessas obras no ano de 1866:

O Comendador Reginaldo Gomes da Cunha, irmão do Barão de Aymorés, sabendo que em determinado ponto esse rio (Barra Seca) se aproximava do litoral, teve a iniciativa de abrir um pequeno canal, ligando-o ao mar, criando assim uma nova barra. Daí surgiu o nome Barra Nova, dado à pequena baía que ali se formou. Essa barra foi aberta em 1866, com a finalidade de se criar um novo porto devido à precariedade da foz do Rio São Mateus, em Conceição da Barra, o que dificultava a navegação. Outra intenção era o esgotamento das águas do pantanal, para o aproveitamento das terras férteis, visando a expansão da pecuária (JORNAL AMOCIM, 2007, p. 2)

Assim, já no século XIX, haveria um grande interesse do *poder local* para drenagem dessas áreas. Tendo duas motivações principais, a primeira seria a constituição de um novo porto para haver uma alternativa ao Porto de São Mateus, e a



segunda seria o saneamento das áreas alagadas e brejosas para se expandir da produção de mercadorias sobre essas áreas até então impróprias para a produção de mercadorias agrícolas, principalmente para introdução da pecuária na área.

Essas iniciativas de interesse dos coronéis logo se mostraram inviáveis de serem realizadas nesse período, principalmente a drenagem das áreas úmidas, que só seriam realizadas pela iniciativa estatal a partir de 1960, quando o Estado já estaria *centralizado* e *autonomizado* dessas mesmas oligarquias, e direcionaria a partir do planejamento regional a transformação das várzeas.

Assim, no Espírito Santo no advento da ideia de “crise” cafeeira (DARÉ, 2010)⁴, que aparece de forma evidente a partir da década de 1960, é evidenciado que seria preciso ao estado dar um salto econômico, de modo que seria necessário ampliar e diversificar seu leque de produção de mercadorias industriais e agrícolas, ao mesmo tempo que alcançar novos patamares de produtividade.

Para isso, segundo discurso da época, seria necessário avançar com as fronteiras agrícolas e modernizar a agricultura, através da intervenção nos territórios que “impossibilitassem” ou não estivessem sendo utilizados pela agricultura capitalista. Essas intervenções, em nosso ponto de vista, vão ser o passo decisivo para a transformação das relações sociais de produção e para que se possa criar um mercado de terras na área, que até a década de 1950 estava “pouco integrada” com o restante do estado.

Vai ser na década de 1960, com a construção das rodovias por parte das ações estatais, que desdobrou o processo de “abertura da região” para a livre mobilidade de trabalhadores (GAUDEMAR, 1977) e capitais, que inúmeras transformações ocorreriam na Suruaca.

PLANEJAMENTO ESTATAL, FICCIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E AS TRANSFORMAÇÕES NA SURUACA/ES

No momento anterior aos processos de transformação da Suruaca, o comércio de parte dos produtos produzidos pelas populações que viviam e ocupavam a Suruaca ocorria mesmo no contexto apontado como de “vazio demográfico”, “espaços vazios” e

⁴ Para a autora a ideia de “crise” cafeeira é elemento de uma construção ideológica, que buscou inserir as ideias desenvolvimentistas no Espírito Santo, principalmente aqueles vinculados aos “grandes projetos de impacto” para a industrialização do estado.



“não integrados” dessa porção com as outras áreas do estado pelo discurso da época e propagado ainda hoje pelos acadêmicos da “formação econômica” do Espírito Santo.

O que fosse plantado, confeccionado, criado, catado e/ou pescado por essas populações, seria levado para a cidade ou até onde as mercadorias tivessem valor para serem comercializadas. A criação de porcos, a produção de farinha de mandioca, a cata de caranguejo e o cultivo de arroz são atividades que acompanham a formação territorial da Suruaca desde o século XIX e a partir dos relatos dos moradores faziam que essas populações que ali viviam tivessem, apesar das inúmeras adversidades, uma certa liberdade e autonomia (TEIXEIRA, 2010), em comparação ao período posterior às ações estatais que territorializariam a relação-capital para a Suruaca e transformariam e suprimiriam àquelas populações.

A partir da década de cinquenta haverá uma série de discussões em torno dos investimentos estatais para a “recuperação da área da lagoa Suruaca” (FOLHA CAPIXABA, 1956, s/p.)⁵. Essa área seria um “problema” que o Estado deveria intervir a partir do saneamento das águas para sua transformação em terras agricultáveis. A criação da “região” para onde seriam direcionadas as políticas de “racionalização” e recuperação para a agropecuária seria uma das respostas para a erradicação dos cafezais.

Entretanto, vai ser apenas em 1966, a partir dos estudos realizados pela empresa italiana Engenharia Galiolli (1966), que vão ser iniciadas ações para a transformação da área de várzea, lagunar e brejosa em terras para fins de produção de mercadorias agrícolas por intermédio das intervenções do DNOS, na drenagem dessas áreas, e da construção de rodovias para acesso às mesmas (REBELLO, 2012). Com o foco na exportação e abastecimento das cidades em processo incipiente de urbanização pelo Espírito Santo. Ao mesmo tempo em que a exploração de petróleo e gás se iniciaria ao serem encontrados poços com viabilidade econômica no “Vale da Suruaca”.

Nesse momento, portanto, segundo o discurso do planejamento estatal, fazia-se necessário uma “ampliação das terras agricultáveis” (MENDES & CALIMAN, 1978; ESPÍRITO SANTO, 1980; BRASIL, 1981) e o norte do Espírito Santo e a Suruaca, na segunda metade do século XX seria prioritariamente o local para onde a fronteira iria se

⁵ “Segundo a mensagem do governador Lacerda Aguiar, publicado no ‘Diário Oficial’ de número 14 de setembro último, foi destinada uma verba para a recuperação da área da lagoa de Suruaca. Muito bem. É necessário, porém, que os mateenses progressistas voltem sua atenção para o problema. A terra é das melhores e, saneada, pode concorrer de fato para o progresso do município” (FOLHA CAPIXABA, 1956, s/p.).



expandir principalmente sobre os locais que “impediam” a execução de uma agropecuária de maneira “racional”, com foco na produção para o consumo das cidades e para a exportação, exigida pelo processo de industrialização, locais estes ocupados historicamente por povos indígenas, camponeses, pescadores e quilombolas (FERREIRA, 2009). Estes estariam sobre terras “devolutas”, o que corroboraria, do ponto de vista estatal e empresarial, a execução de tais projetos modernizantes nessas áreas.

E é dentro desse contexto, mas já em processo de crise, que surgem como transformações pela atuação do DNOS, órgão autárquico de um Estado *centralizado* (SOUZA, 1976), e pelos planos de ação nos “grandes vales” e várzeas (MENDES & CALIMAN, 1978; ESPÍRITO SANTO, 1980; BRASIL 1981), novas relações de produção nessas áreas, principalmente entre 1970 e meados de 1980, estando dentro do período que a literatura capixaba convencionou a chamar de ocorrência dos “grandes projetos” de modernização do Espírito Santo.

Neste período, iniciaram-se as vendas de terras rurais para latifundiários da pecuária e da rizicultura e posteriormente também para transformação em solo urbano, ao mesmo tempo que agricultura itinerante paulatinamente deixaria de ser praticada pelo cercamento dos brejos, também seria reduzido o comércio agrícola que era praticado no Mercado Municipal que ficava no Porto do rio São Mateus, momento que marca a falência do Porto de São Mateus enquanto espaço central do comércio do norte do estado (TEIXEIRA, 2010).

Assim, existiria um antes e um depois da construção da Rodovia Othovarino Duarte, que estaria fortemente ligada à exploração do petróleo e gás e a produção de arroz na área marca o início dessas transformações ocorridas na Suruaca.

Nesse bojo se apresentam as intervenções estatais nas áreas que foram escolhidas como uma *região do planejamento* (OLIVEIRA, 2008), que buscavam a partir de uma *modernização retardatária* (KURZ, 1993), transformar essas áreas em altamente produtivas de maneira bruscamente acelerada e a qualquer custo. As obras de infraestrutura, os incentivos fiscais e as expropriações moveriam a territorialização das agroindústrias, de uma agropecuária altamente tecnificada e da *ficcionalização* (KURZ, 2019) da reprodução dos capitais empregados.

Assim, o “Vale da Suruaca” foi um recorte espacial particular criado no período de modernização do Espírito Santo, predominantemente nas décadas de 1970 e 1980,



período que o planejamento foi para as várzeas, sendo em muitas oportunidades objeto dos direcionamentos das políticas regionais, principalmente com objetivo do avanço da fronteira agrícola no norte do estado para expansão da produção de alimentos, de modo, que seria foco prioritário, juntamente com o “Vale do Riacho”, das intervenções estatais para a modernização da agricultura e da instalação dos denominados “grandes projetos” e de “diversificação” da agricultura, a partir de obras de infraestrutura via Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e principalmente pelos programas de fomento, subsídio e incentivo financeiro, das décadas de 1960 à 1980.

Contraditoriamente, um dos maiores benefícios retratados nos planos de recuperação do “Vale da Suruaca”, seria a criação de empregos diretos e indiretos. Mesmo que nos próprios projetos tenha sido apontado que o objetivo principal seria a substituição da “mão de obra” por capital.

Tem-se aí, no discurso de “recuperação” do fator terra, que eram várzeas, vales e lagos que já tinham uso pelas comunidades como local de pesca e coleta e estavam em disputa territorial constante, uma desculpa para a instauração da propriedade privada por decreto e também para o deslocamento do fator trabalho para uma “concentração espacial” dos “agricultores tradicionais” nas cidades que estavam em processo de industrialização.

Exemplificado pela iniciativa de fomento da cultura do arroz em 1978 pelo *anteprojeto de recuperação das várzeas*, a produção deu um salto, tendo um acréscimo de 13 mil toneladas. Do mesmo modo, com a amplificação das intervenções e subsídios a partir de 1980 e 1981, pelo *Provaes e Provárzeas*, respectivamente, chega-se em 1989 a produzir mais de um terço da quantidade produzida em 1974. O que contrasta com o período de extinção dos incentivos realizados na década de 1990, de modo que em 1998 a produção de arroz no Espírito Santo tem severa redução e chega a apenas 23 mil toneladas, ou seja, uma drástica queda de cerca de 80 mil toneladas em menos de 10 anos de extinção dos subsídios estatais (Tabela 1).

Atualmente apenas é produzido arroz neste estado para subsistência (INCAPER, 2016), o que demonstra a dependência dos subsídios e financiamentos estatais para a manutenção fictícia da lucratividade dos produtores e da realização de tal processo de modernização da agricultura capixaba.



Tabela 1 – Quantidade produzida de arroz em toneladas no estado do Espírito Santo

Unidade da Federação	Ano X Produção em toneladas								
	1974	1978	1985	1989	1990	1995	1998	2003	2019
Espírito Santo	69000	82800	97970	107030	93352	60894	23986	7893	353

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Nesse sentido, ancorados no argumento de Boechat (2013) e Fábio Pitta (2016), podemos afirmar que a quebra do setor arroteiro no estado, ao serem retirados os subsídios estatais, revela-nos uma reprodução crítica do capital que eles personificavam. De modo que tal reprodução só ocorria se passasse pelo fundo público. Com isso, pode-se apontar um capital fictício que dos anos 1960 a 1980 tinha uma forma estatal no Brasil (BOECHAT, 2013; PITTA, 2016).

Como fruto desses processos ocorreria uma série de problemas sociais e ecológicos decorrentes da implantação da territorialização dessas ações. Mas é importante dizer que não seria fruto de uma “incapacidade” ou “irracionalidade” da execução das ações, como aponta o relato de um ex-funcionário que trabalhou diretamente nas obras do órgão na Suruaca:

O projeto de drenar a região foi um sucesso por parte do Dnos. O que tinha de objetivo com as obras foi alcançado. Foram alcançados! Não que fosse algo bom. [...] Alí, o vale da Suruaca, era uma versão reduzida do pantanal mato-grossense. Infelizmente eu sinto muito por ter participado em acabar com aquele santuário. Embora fosse funcionário, não tinha muito o que discutir.[...]

Eu tenho a percepção que o projeto era pra isso mesmo. O objetivo era pra isso. Era pra plantar arroz, feijão, milho seria uma maravilha né? Mas passando lá só vemos gado...

Pelo fato de que a linha de pensamento do DNOS era, infelizmente, era drenar as regiões para plantar boi, boi, principalmente boi! Né?! Ai drenava, para por boi, um pouco de arroz, feijão. Ai drenava e colocava boi. (Entrevista com o ex-funcionário do DNOS, José Renato Lopes, em março de 2021).

As alterações socioambientais destrutivas que as intervenções nos vales causaram foram uma das mais evidentes problemáticas, principalmente por conta da drenagem das lagoas, brejos e várzeas que alteravam todo o ecossistema, causando um rebaixamento do lençol freático, além dos próprios impactos causados pela irrigação e pela grande



movimentação e modificação dos solos pelas máquinas que sistematizaram os solos, deixando como resultado uma *natureza em ruínas* (KURZ, 2001).

Como podemos observar na figura 1, houve um intenso processo de transformação da paisagem a partir das ações de drenagem e sistematização dos solos para a produção agropecuária na Suruaca. Na imagem de 1955 vemos um complexo lagunar da Lagoa Suruaca com um imenso espelho d'água resplandecente, que já na imagem de 1969 estaria em grande medida ofuscado por conta das ações executadas pelo DNOS de drenagem dos corpos d'água e brejos iniciados em meados da década de 1960. Em 2021, esta área, como se pode verificar na imagem, estaria fortemente desertificada.

Nesse sentido, verificamos a ocorrência, por conta desta tentativa de transformação das áreas alagadas em terras de alta produtividade de produção de mercadorias agrícolas, de um processo grave de desertificação devido a espalhamento de enxofre no processo de drenagem na Lagoa Suruaca (Figura 1) resultado do processo “racional” promovido pelas ações planejadas:

Uma obra de drenagem feita pelo extinto DNOS (Departamento de Obras e Saneamento), em 1968, criou um deserto químico no norte do Espírito Santo. A área atingida é de 32.870 hectares, equivalente a 18 arquipélagos de Fernando de Noronha [...] o solo da região é rico em enxofre, que foi oxidado com a exposição causada pela drenagem, transformando-se em ácido sulfúrico. [...] as plantas não sobrevivem no local porque não há condição química para o seu desenvolvimento (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).

No que tange aos problemas sociais decorrentes desses processos gerados pela drenagem das lagoas e alagados que reconfiguraram o pantanal do Suruaca, realizadas durante a ditadura militar, estão relacionados principalmente a inviabilização e transformação dos meios de reprodução social das populações locais, causando a necessidade de que houvesse uma *mobilização ao trabalho* (GAUDEMAR, 1977) por parte dos que ali viviam. Como demonstra o relato do pescador Adeluar da Silva, que conta que a vida no Suruaca era muito farta, com a comunidade realizando atividades na pesca e também na lavoura, inclusive de arroz. Contudo, ele diz:

Hoje em dia modificou tudo, porque faltou a água e eu acho que a água é que dá mais vida, né?!.
Era uns 3,5 km só de lagoa e largura era um 1 km de largura. Acabou tudo. Hoje em dia quem quiser sobreviver tem que arranjar um emprego, tá muito difícil (Trecho da entrevista de Adeluar Martins da Silva retirada de VILLAGRAN et al., 2018).



Figura 1 - Dinâmica espaço-temporal da transformação da paisagem na Suruaca (ES), com foco nas proximidades da Lagoa Suruaca em imagens de 1955, 1969 e 2021



Fonte: IDAF 1955; Google Earth 1969 e 2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os camponeses quilombolas e camponeses “litorâneos” que viviam nessas áreas durante a abertura ao acesso à terra no chamado de momento de “terra à rola” nessa porção do estado do Espírito Santo usavam e apropriavam as áreas do “pantanal capixaba” e da beira-mar, com sua produção de farinha de mandioca, gado e arroz voltada para a subsistência e para a venda de parte nos mercados das proximidades, não sendo assim isolados geograficamente, como parte do debate sobre as comunidades do norte do estado indicam. Mas, estariam pelo contrário com uma intrínseca relação com o *poder local* personificado pelos comerciantes e fazendeiros, tendo seus produtos e trabalhos sujeitados por estes últimos, mesmo que ainda não existisse um mercado de terra, trabalho e capital constituídos.

Desse modo, as relações regionais entre quilombolas e posseiros da Suruaca com os membros da oligarquia regional de São Mateus aparecem desde o avanço para essas áreas por parte do Comendador Reginaldo Cunha, irmão do Barão de Aimorés, que na década de 1860 teria recebido para si essas áreas de brejo como sesmaria.

Assim existiria uma tentativa de controle das relações regionais pela limitação por parte do poder local e “fechamento” da “região”(OLIVEIRA, 2008) para o uso dessas áreas, mesmo que nem houvessem cercas que limitassem o uso dos componentes das áreas pelas populações.



Portanto, já em meados dos oitocentos havia um grande interesse por parte dos coronéis locais na realização da drenagem nas áreas úmidas da Suruaca. Primeiro por conta da constituição de um novo porto para fazer alternativa ao já assoreado Porto de São Mateus; segundo seria a partir do saneamento das várzeas alagadas e brejosas para expansão da produção de mercadorias sobre a Suruaca.

No entanto, essas iniciativas requeridas pelos coronéis se mostraram inviáveis de serem realizadas pelo *poder local*, para aquele momento, que só seriam desdobradas por um Estado centralizado e autonomizado das oligarquias regionais, a partir da década de 1960.

Observamos também que a porção norte do estado do Espírito se tornará a partir da década de 1950 o *locus* prioritário das intervenções estatais para o avanço da fronteira econômica a partir do planejamento regional. Por conseguinte, a territorialização das ações estatais ao norte do rio Doce neste estado durante esse momento moveram uma série de mudanças nos contextos territoriais das áreas que sofreriam com essas ações de “desenvolvimento” via planejamento regional que seria constituído por intermédio das bases constituídas por Jones dos Santos Neves durante o período da década de 1940 e 1950.

Em oposição às relações de produção e estrutura fundiária, tidas como “atrasadas” e em “crise”, percebemos que os motes dessas ações foram possibilitar e subsidiar a implantação, a expansão, o fomento da agroindústria e a implantação de um pólo de exploração de petróleo e gás. Ao mesmo tempo teve de fundo a utilização da manipulação das águas para a apropriação e “valorização” de terras, na transformação de áreas alagadas de uso comum, como lagoas, brejos e várzeas, em terras passíveis de serem empregadas na produção de mercadorias agrícolas e vendidas, tudo isso mediado pela entrada de *capital fictício*, de maneira que tal reprodução só ocorre se passar pelo fundo público, advindo dos créditos estatais.

Haveria, portanto, nessas ações estatais (DNOS, *Anteprojeto de Recuperação dos Vales Suruaca e Riacho*, PROVALES, PROVÁRZEAS e PETROBRÁS), a produção de alimentos, matérias-primas agroindustriais e exploração de petróleo e gás como foco. Vislumbrava-se assim uma intrínseca relação entre o planejamento da produção de alimentos e matérias-primas para a agroindústria no norte do Espírito Santo, exemplificado a partir dos planos de ações nas várzeas e vales, com o planejamento da industrialização e urbanização da Grande Vitória. Uma clara relação entre a agricultura,



industrialização e urbanização, desdobrada pelas políticas estatais de planejamento regional.

As intervenções do DNOS e as iniciativas de planejamento para as várzeas contribuíram para que se permitisse e legitimasse a expansão da fronteira agrícola sob a “região” (OLIVEIRA, 2008) da Suruaca. De maneira que ela converteu-se em local e objeto de manipulação pelo DNOS no tardar da década de 1960, a partir do momento em que ele passou a construir e instalar canais de drenagem para tornar o solo possível de ser usado para a agropecuária, pela drenagem dos brejos, lagoas, lagoas e pântanos da área para sua modificação enquanto lugar de produção de mercadorias, e nas décadas seguintes a partir das parcerias e ações concatenadas dos programas federais e estaduais de planejamento das várzeas.

As principais ações realizadas na área foram: Obras de drenagem e sistematização dos solos, que podemos incluir as lagoas e demais corpos d’águas drenados, construção de canais de drenagem dentro e fora das “propriedades”, diques, estradas e pontes; A transmutação de áreas de corpos d’água em terras divididas e propriedades voltadas para a produção agropecuária; A ocorrência de processos de modernização da agricultura feitos através da tríade crédito, assistência técnica e mecanização, que forneceu subsídios e cessão de créditos para o financiamento da produção, como equipamentos e insumos para implantação e mecanização das culturas, além da assistência técnica e extensão rural para os produtores implantarem um novo padrão de agropecuária.

Por fim, percebe-se que embora o objetivo desses planos tenha sido o de estender a área agrícola do estado, a partir da produção de arroz, somente a ampliação das áreas de pastagens para a pecuária foi o resultado final das políticas na Suruaca. Sendo assim, o que sobrou na Suruaca foi uma grande plantação de “boi”, em terras condenadas pelas obras de “racionalização”, propiciado pelas obras drenagem e sistematização dos solos das várzeas e das diversificadas lagoas, lagoas e áreas úmidas, que contaminaram imensas áreas e transformaram essas áreas em algo semelhante a um deserto infértil, decretando à força a supressão e eliminação da possibilidade de reprodução de uma série de populações que tinham na relação com as águas grande parte dos seus meios de subsistência.

REFERÊNCIAS

BOECHAT, C. A.. **O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista**. 2013. Tese de Doutorado. Programa de Pós-



Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura/Provárzeas Nacional. Programa para aproveitamento racional de várzeas irrigáveis do Estado do Espírito Santo. Brasília, 1981.

DARÉ, R.. A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo. Vitória, 2010, 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

ENGENHARIA GALLIOLI LTDA. Várzea litorânea entre os rios Doce e São Mateus, região da Lagoa Suruaca (Estado do Espírito Santo). Plano de saneamento – relatório. Rio de Janeiro: Engenharia Gallioli Ltda, 1966.

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - CEPA-ES; COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. Programa de recuperação de vales úmidos no Estado do Espírito. Vitória, CEPA, 1980. 65p.

FERREIRA, S. R. B.. “Donos do lugar”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. 513 p. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. Planície Costeira do Rio Doce, seus Povos e Comunidades Tradicionais: modo de vida, identidade, territorialidade e resistência. In: TEIXEIRA, J. L. C.; TEIXEIRA, M. C. **Uma paisagem, um ambiente, um lugar, um território cultural**: a Planície Costeira do Rio Doce na perspectiva da educação ambiental crítica. São Mateus: Marcos Teixeira, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Drenagem cria deserto no Espírito Santo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2906200128.htm>>. Acesso em 23 out. 2020.

GAUDEMAR, J-P. de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa, Estampa, 1977.

INCAPER. Transformações da agricultura capixaba: 50 anos. **Espírito Santo: Cedagro/Incaper/Seag**, 2016.

KLUCK, E. G. J.. **Quando o planejamento vai para o Brejo**: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

KURZ, R.. **O colapso da modernização**. 4ª. Ed. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. Natureza em ruínas. **Com todo vapor ao colapso**, 2001.

_____. A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. **Geografares**, n. 28, p. 55-115, 2019.

MARX, K.. **O capital**: livro 1, o processo de produção do capital. v. 894. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: livro III, o processo global de produção capitalista. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDES, J. D.; CALIMAN, O.. Anteprojeto recuperação dos grandes vales Suruaca e Riacho. Vitória: CEPA, 1978. 34p

OLIVEIRA, F.. **Noiva da Revolução/Elegia para uma Re (li) gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.



PITTA, F. T.. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

REBELLO, W. S.. **O papel dos canais do DNOS nas várzeas do Riacho (ES): estudo de caso sobre a constituição técnico-científica da configuração territorial capixaba.** 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SOUZA, M. C. C.. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOUZA FILHO, H. M. **A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba.** 1990. 201f.

TEIXEIRA, C. C.. **A Reorganização da Beira-mar: os diferentes modos de uso e ocupação no norte do espírito santo.** 2010. 189 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo.

TOLEDO, C. A.. A fronteira da territorialização do capital. In: Cruz, Rita de C. A.; CARLOS, A. F. A.. (Org.). **A necessidade da geografia.** 1ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019, v. 6, p. 79-92.

VILLAGRAN, X. S.; PESSENDA, . C. R; V. COSTA, H.; ATORRE, T.; ERLER, I. S.; STRAUSS, A.; BARIONI, A.; KLÖKLER, D.; TOGNOLI, A.; DUARTE, C.; BONFIM, P. V.; MACARIO, K.. Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, p. 573-596, 2018.